

# 100º Aniversário do Laboratório Militar



O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, presidiu à Sessão Solene do Centenário do Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos, no dia 16 de Fevereiro, em Lisboa.

O Comandante Supremo das Forças Armadas agradeceu o Laboratório Militar como membro honorário da Ordem Militar de Avis.

A ADFA esteve na cerimónia, representada pelo presidente da DN, José Arruda. Entre as altas individualidades convidadas, estiveram presentes o ministro da Defesa Nacional, o chefe do Estado-Maior do Exército, o comandante da Logística, o presidente da Câmara Municipal de Loures e a presidente da Junta de Freguesia dos Olivais.

Após a apresentação de cumprimentos por uma representação de oficiais, sargentos e funcionários civis do Laboratório Militar, o Presidente da República descerrou a placa comemorativa do Centenário do Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos.

No Auditório Coronel Farmacêutico Ernesto Enes, durante a Sessão Solene comemorativa, usaram da palavra a directora do Laboratório Militar, coronel Margarida de Sá Figueiredo, e o ministro da Defesa Nacional, José Azeredo Lopes.

O Presidente da República referiu que “o Laboratório militar desempenhou, sem excepção, um papel insubstituível, tendo sabido adaptar-se à evolução das ciências militares e das ciências e técnicas farmacêuticas”. O Presidente da República saudou e homenageou todos quantos prestaram e prestam serviço no Laboratório Militar, ao serviço das Forças Armadas e de Portugal.

“É um privilégio ter estado aqui na altura em que se festeja um aniversário tão importante”, afirmou o ministro da Defesa Nacional, José Azeredo Lopes, na cerimónia, aludindo ao centenário da Instituição e refe-

rindo a capacidade de produção de medicamentos, a dimensão social do laboratório, “através do apoio que é dado aos Deficientes das Forças Armadas e à Família Militar”.

O ministro salientou também “a dimensão de reserva estratégica” que o Laboratório Militar representa para o País, sendo o garante da autonomia do Estado Português, e afirmou não ter dúvidas que “o Laboratório tem de ver reforçada essa dimensão de autonomia do Estado para as situações de eventual crise, para garantir o medicamento e para garantir o reabastecimento sanitário”.

O governante sublinhou que não pode ser descurado o papel do Laboratório na cooperação entre os países e na acção externa da Defesa, lembrando a visita recente a São Tomé e Príncipe, na qual o Exército Português entregou medicamentos produzidos pelo Laboratório Militar.

A directora do Laboratório Militar, coronel farmacêutica Margarida de Sá Figueiredo, referiu na sua alocução que “foi com a Farmácia Central do Exército, criada a 16 de Fevereiro de 1918, que o País passou a dispor de uma estrutura logístico-farmacêutica capaz e autónoma, cujo destino, gestão científica, técnica, económica e financeira foram entregues ao Quadro de Oficiais Farmacêuticos do Exército”. Assumiu a designação de Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos em 1947, e, desde 1968, nas atuais instalações, foi possível integrar e otimizar recursos pela concentração das várias áreas inerentes às ciências farmacêuticas.

A directora evocou 100 anos de história, “a garantir a logística do medicamento aos Hospitais militares, às enfermarias das Unidades, ao Corpo Expedicionário Português, e aos socorristas na linha da frente das operações militares, desde o Ultramar às atuais Forças Nacionais Destacadas” e também “a garantir o apoio sanitário ao esforço de guerra em várias frentes simul-

tâneas”. “Este estabelecimento farmacêutico só será útil ao Exército e ao País se tiver algo para oferecer, algo diferenciador no Conhecimento e na capacidade de produzir”, continuou a directora, referindo os militares e civis qualificados na área da tecnologia farmacêutica, da produção industrial, da gestão de reservas ou da logística, que hoje asseguram a capacidade técnica e científica do Laboratório Militar, na sede e pelas sete sucursais pelo País.

Referiu a criação, em 2017, do Departamento de Desenvolvimento Farmacêutico e do Núcleo de Estudos Científicos, com a missão da promoção do saber, de fomentar ações de formação e de promover a interligação com Universidades, Institutos Públicos e outras entidades da área da Saúde.

Informou sobre os diversos projectos do Laboratório Militar como a criação de um BioBanco que permitirá a identificação genética de militares, em cooperação com o Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses; a criação de plataformas de identificação e monitorização de malária, em cooperação com a Universidade do Minho; o desenvolvimento de antídotos para agentes químicos, integrados no equipamento de proteção individual NBQR, em parceria com a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa e em cooperação com a engenharia militar no projeto Lungshield; e o desenvolvimento de uma tecnologia farmacêutica para obter comprimidos purificadores e esterilizadores de água, com o intuito de os integrar num kit de sobrevivência do soldado português, em parceria com a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, para além da capacidade de resposta a necessidades civis, solicitações das ARS e dos hospitais. “É também neste início de ano que estamos preparados para, no apoio direto à família militar e cumprindo a Lei do Orçamento de Estado, podermos enviar o receituário dos medicamentos dispensados nas nossas sucursais, conhecidas como farmácias militares, assim que nos sejam atribuídos os tão aguardados códigos pela entidade competente do Ministério da Saúde, a ACSS”, acrescentou a directora.

Decorreu depois a inauguração e visita ao BioBanco, seguido, no Salão Nobre, da assinatura do Livro de Honra, tendo sido entregue, ao Presidente da República, o Livro do Centenário. O Comandante Supremo das Forças Armadas visitou ainda uma exposição sobre os 100 anos do Laboratório Militar. O BioBanco é um novo equipamento que permite a identificação genética dos restos mortais de militares portugueses quando não for possível a identificação pelos registos dentários ou pelas impressões digitais.

A ADFA saudou o Aniversário de 100 anos do Laboratório Militar e José Arruda, presidente da Direcção Nacional, lembrou o esforço feito por aquela estrutura durante a Guerra Colonial, nas suas várias frentes e no apoio aos militares que lá serviram.

## Descontos da CP ampliados

O Instituto Nacional para a Reabilitação, IP, e a Comboios de Portugal, EPE, assinaram um aditamento ao protocolo “Descontos para pessoas com deficiência”, no dia 8 de Fevereiro, na Sede da CP, em Lisboa. O aditamento pretende alargar o número de pessoas com deficiência beneficiadas, passando a abranger pessoas com mais de 60% de incapacidade, que passam a usufruir de um desconto de 20% na aquisição de bilhete para qualquer comboio.

A assinatura do protocolo contou com a presença da secretária de Estado para a Inclusão das Pessoas

com Deficiência, Ana Sofia Antunes, e o secretário de Estado das Infra-estruturas, Guilherme Martins. O protocolo em vigor desde Abril de 2016 prevê um desconto de 75% no preço do bilhete em qualquer percurso em 2ª classe, nos comboios Alfa Pendular, Intercidades, Regionais, Inter-Regionais e Urbanos da CP para pessoas com incapacidade superior a 80%. Se precisarem de acompanhante, este só paga três quartos do valor do bilhete. A partir de 1 de Março, as pessoas com um grau de incapacidade igual ou superior a 60% e inferior a 80% passam a ter direito a um desconto sobre o valor da tarifa por inteiro para viajar em qualquer comboio da CP. “O objetivo é promover mais auto-



nomia, prevendo as situações em que as pessoas têm menos rendimentos mas que, ainda assim, tenham a possibilidade de sair e de estarem ativas, inseridas na sociedade”, referiu Ana Sofia Antunes.

O presidente e o secretário da DN, José Arruda e José Pavoeiro, representaram a ADFA neste evento.